

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, DESTINADOS A REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, DE RESPONSABILIDADE DE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

TIPO DE LICITAÇÃO: Melhor Proposta de Preço POR ROTA – ATRAVÉS DO MELHOR PREÇO POR KM RODADO;

FATOR SIGILOSO: O valor estimado desta contratação será em caráter sigiloso, conforme art. 15 do Decreto 10.024/19;

LICITAÇÃO: O procedimento de que trata o presente edital;

LICITANTE: Pessoa Jurídica que participa desta licitação;

HABILITAÇÃO: Verificação atualizada da situação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira e regularidade fiscal que seja exigida neste edital, do vencedor da fase de proposta de preços;

ADJUDICATÁRIA: Pessoa jurídica/física vencedora da licitação, à qual será adjudicado o seu objeto;

CONTRATANTE: O Município de ALTO SANTO que é signatário do instrumento contratual;

CONTRATADA: Pessoa Jurídica à qual foi adjudicado o objeto desta licitação, e é signatária do contrato com a Administração Pública;

PREGOEIRO: Servidor ou nomeado, designado por ato do titular do Poder Executivo Municipal, que realizará os procedimentos de recebimento das propostas de preços e da documentação de habilitação, abertura, condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço, adjudicação, quando não houver recurso, elaboração da ata, condução dos trabalhos da equipe de apoio e recebimento de impugnação ao edital e recursos contra seus atos;

EQUIPE DE APOIO: Equipe designada por ato do titular do Poder Executivo Municipal, formada por, no mínimo, 02 (dois) servidores que prestarão a necessária assistência ao Pregoeiro durante a realização do pregão;

AUTORIDADE SUPERIOR: É o titular do órgão ou entidade de origem desta licitação, incumbido de definir o objeto da licitação, elaborar seu termo de referência, orçamento e instrumento convocatório, decidir sobre impugnação ao edital, determinar a abertura da licitação, decidir os recursos contra atos do Pregoeiro, adjudicar o objeto ao vencedor, no caso de interposição de recurso, homologar o resultado da licitação por meio eletrônico e promover a celebração do contrato;

P.M.A.S.: Prefeitura Municipal de ALTO SANTO;

SEDUC: Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Ciência e Tecnologia;

D.O.E.: Diário Oficial da Estado;

D.O.U.: Diário Oficial da União;

ORIGEM, MODALIDADE, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

O presente termo de referência é oriundo da Solicitação de Despesa procedente da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Alto Santo, conforme especificação do item abaixo discriminado.

Deverá ser adotada a modalidade licitatória **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, tendo com critério de julgamento: **Melhor Proposta de Preço POR ROTA – ATRAVÉS DO MELHOR PREÇO POR KM RODADO** mediante as condições estabelecidas no presente edital, tudo de acordo com a Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 – Lei que Regulamenta o Pregão e tem como subsidiária a Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores – Lei de Licitações, da Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor, Decreto nº 6.204/07, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, Lei Complementar nº 155/2016, de 27 de outubro de 2016, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Federal 12.440 de 07 de julho de 2011 que altera o título VII-A da

Consolidação das Leis do Trabalho, e demais normas pertinentes e, ainda, pelas disposições estabelecidas no presente termo.

JUSTIFICATIVA

Considerando que, o município de Alto Santo, através na Secretaria de Educação, prima por praticar um conjunto de políticas e ações que assegurem, no âmbito escolar, a construção de uma educação básica com equidade e foco no aprendizado e sucesso do aluno.

Considerando que, a Constituição Federal de 1988, assegura ao aluno na escola pública o direito ao deslocamento de sua residência para a sala de aula através do transporte escolar, como forma de facilitar seu acesso à educação.

Considerando que, a Lei nº 9.394/96, mais conhecida como LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), também prevê o direito ao aluno no uso do transporte escolar, mediante a obrigação do Estado e do Municípios.

Considerando que, a paralisação e/ou a descontinuidade do Transporte Escolar resultará em graves prejuízos a municipalidade, bem como, aos estudantes das escolas municipais.

Considerando que, o acesso à educação é um direito essencial, assegurado pela Constituição a todos os cidadãos brasileiros.

OBJETIVO

Em cumprimento a Lei federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, com todas as suas alterações posteriores é que elaboramos o presente termo, para que o procedimento legal, seja efetuada a seleção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal, tendo por finalidade definir elementos que norteiam a contratação de empresa para a prestação dos serviços do objeto deste termo de referência.

Este termo segue o rito referente ao Artigo 6º, Inciso III da Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94, ao disposto no Artigo 3º, incisos I, II e III da Lei 10.520/2002 elaboramos o presente Termo de Referência para nortear a contratação objeto deste termo para atender as necessidades da Secretaria requisitante, para que o procedimento se torne legal, seja efetuada a seleção de proposta mais vantajosa, tendo por finalidade definir elementos que norteiam a contratação de empresa que pratique preços de mercado e qualidade nos serviços, visando à formação de contrato.

EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES:

Os veículos e os condutores a serem utilizados na prestação do serviço deverão obedecer às disposições do Código de Trânsito Brasileiro bem assim as eventuais legislações complementares no âmbito estadual ou municipal, de acordo com a tabela abaixo:

O condutor de veículo destinado aos SERVIÇOS DE LOCAÇÃO deverá satisfazer os seguintes requisitos:	CTB, art. 138
Habilitação: ser habilitado na categoria correspondente à capacidade do veículo.	CTB
Infrações: não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses	CTB, art. 138, IV e 145



<p>Curso especializado: Ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN e em curso de treinamento de prática veicular em situação de risco. O curso acima foi regulamentado com carga de 48h, contendo as disciplinas abaixo: a) relacionamento interpessoal: 3hs b) atendimento ao usuário: 5hs c) direção defensiva: 16hs d) primeiros socorros: 6hs e) meio ambiente e cidadania: 4hs f) legislação de trânsito: 14hs Observação: é obrigatória a reciclagem dos motoristas, a cada 5 anos, no máximo, com no mínimo 16hs.</p>	<p>CTB, art. 138, V e art. 145, IV Resoluções CONTRAN nº 55 e 57/98 Res. CONTRAN 57/98 item 9.</p>
<p>Certidão negativa Os condutores de veículos de que tratam os arts. 135(veículos de aluguel para o transporte de passageiros) deverá apresentar, previamente, certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização.</p>	<p>CTB art. 329</p>
<p>Cursos de Responsabilidade das Empresas A empresa que utiliza condutores contratados para operar a sua frota de veículos é obrigada a fornecer curso de direção defensiva, primeiros socorros e outros conforme normatização do CONTRAN</p>	<p>CTB. Art. 150, parágrafo único.</p>

VEÍCULOS EQUIPAMENTOS E OUTROS ITENS

<p>Tacógrafo Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, a partir de 01.01.99</p>	<p>CTB, art. 136, IV e art. 105, II. Resolução 14/98, art. 1º, I nº 21 e art. 2º, III, Res. Nº 87/99, art. 3º e Res. 92/99</p>
<p>Lanternas Lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira</p>	<p>CTB, art. 136, V</p>
<p>Cintos de segurança Cintos em número igual à lotação</p>	<p>CTB, art 136, VI Res. 49/98, anexo, nº 2, item 3.1.4</p>
<p>Pneus Pneus em condições de segurança</p>	<p>Res. 14/98</p>
<p>Sinalização Sinalização e outros itens de segurança: todos os demais equipamentos e itens nomeados pela legislação devem ser exigidos e fiscalizados. Demais exigências do Código de Trânsito Nacional e outros diplomas legais</p>	<p>Res. 14/98</p>

ESPECIFICAÇÕES DAS ROTAS

ROTA	ROTEIRO	TIPO ESTRADA	TIPO DE VEICULO	ALUNOS		DISTANCIA DO PERCURSO (KM)	DISTANCIA POR DIA (KM)	MÉDIA MENSAL (KM)	ESTIMATIVA ANUAL (KM)
				MANHÃ	TARDE				
01	PARTINDO DA LOCALIDADE ASSENTAMENTO BAIXA NOVA (594548,00E - 9386671,00N), SEGUE PASSANDO PELO CIPÓEIRO (592795,00E - 9386777,00N), CHEGANDO A ESCOLA RÔMULO REMÍGIO (592830,00E -	TERRA	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	35	0	7,90	15,80	347,60	3.476



ROTA	ROTEIRO	TIPO ESTRADA	TIPO DE VEICULO	ALUNOS		DISTANCIA DO PERCURSO (KM)	DISTANCIA POR DIA (KM)	MÉDIA MENSAL (KM)	ESTIMATIVA ANUAL (KM)
				MANHA	TARDE				
02	PARTINDO DA LOCALIDADE ASSENTAMENTO BAIXA NOVA (594548,00E - 9386671,00N), SEGUE PASSANDO PELO TEODÓSIO (588270,00E - 9387054,00N), SEGUE PASSANDO PELO CIPOEIRO (592795,00E - 9386777,00N), CHEGANDO A ESCOLA RÔMULO REMÍGIO (592830,00E - 9390448,00N) NA LOCALIDADE DE IPANEMA I, MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CE.	TERRA	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	0	36	20,10	40,20	884,40	8.844
ROTA	ROTEIRO	TIPO ESTRADA	TIPO DE VEICULO	ALUNOS		DISTANCIA DO PERCURSO (KM)	DISTANCIA POR DIA (KM)	MÉDIA MENSAL (KM)	ESTIMATIVA ANUAL (KM)
03	PARTINDO DA LOCALIDADE ASSENTAMENTO IPANEMA I (592830,00E - 9390448,00N), SEGUE PASSANDO PELA BAIXA DA CACIMBA (595244,00E - 9392282,00N), SEGUE PASSANDO PELO IPANEMA II (598319,00E - 9391121,00N), SEGUE PASSANDO PELO FERRAZ (597894,00E - 9390494,00N), PASSANDO PELA ESCOLA E DEIXA ESSES ALUNOS, SEGUE INDO PARA A LAGOINHA (590710,00E - 9391178,00N), SEGUE INDO PARA A ESCOLA RÔMULO REMÍGIO (592830,00E -	TERRA	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	37	34	33,10	66,20	1.456,40	14.564

ROTA	ROTEIRO	TIPO ESTRADA	TIPO DE VEICULO	ALUNOS		DISTANCIA DO PERCURSO (KM)	DISTANCIA POR DIA (KM)	MÉDIA MENSAL (KM)	ESTIMATIVA ANUAL (KM)
				MANHA	TARDE				
04	PARTINDO DA LOCALIDADE DE IPANEMA I, MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CE. (604813,00E - 9376832,00N), SEGUE PASSANDO PELA BOA VISTA (602047,00E - 9374610,00N), SEGUE PASSANDO PELA BOA FÉ (601425,00E - 9376403,00N), SEGUE PASSANDO PELO FORMIGUEIRO (598802,00E - 9378987,00N), SEGUE PASSANDO PELO RECREIO (595584,00E - 9381372,00N), SEGUE PASSANDO PELO JUCÁS (597080,00 - 9374582,00N), SEGUE PARA A ESCOLA MANOEL NOGUEIRA COSTA (597356,00E - 9373222,00N) NA LOCALIDADE BAIXA DA UMBURANA, MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CE.	TERRA	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	9	7	31,8	63,6	699,60	6.996
05	PARTINDO DA LOCALIDADE ASSENTAMENTO RIACHO SECO (589337,00E - 9377606,00N), SEGUE PASSANDO PELO EMBRULHADAS (596706,00 - 9376359,00), SEGUE PARA A ESCOLA MANOEL NOGUEIRA COSTA (597356,00E - 9373222,00N) NA LOCALIDADE	TERRA	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	27	0	13,20	26,40	580,80	5.808

ROTA	ROTEIRO	TIPO ESTRADA	TIPO DE VEICULO	ALUNOS		DISTANCIA DO PERCURSO (KM)	DISTANCIA POR DIA (KM)	MÉDIA MENSAL (KM)	ESTIMATIVA ANUAL (KM)
				MANHA	TARDE				
06	PARTINDO DA LOCALIDADE BAIXA DA UMBURANA (597356,00E - 9373222,00N), SEGUE PASSANDO PELA CAATINGA GRANDE (600675,00E - 9370552,00N), SEGUE PASSANDO PELA ESCOLA, SEGUE PASSANDO PELO O SERROTE ESCURO (596813,00E - 9371461,00N), SEGUE PARA A ESCOLA MANOEL NOGUEIRA COSTA (597356,00E - 9373222,00N) NA LOCALIDADE BAIXA DA UMBURANA, MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CE.	TERRA	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	3	2	21,6	43,20	950,40	9.504
07	PARTINDO DA LOCALIDADE SÍTIO PORÇÃO (573436,00E - 9396495,00N), SEGUE PASSANDO PELAS MARRECAS (573043,00E - 9397717,00N), SEGUE PASSANDO PELOS MORRINHOS (577938,00E - 9400577,00N), SEGUE PASSANDO PELA ESCOLA, SEGUE indo PARA O CARVALHO (579393,00E - 9395421,00N), SEGUE PARA A ESCOLA LUIZ CÂNDIDO MACHEL (579300,00E - 9399631,00N), NA	TERRA E PAVIMENTO	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	64	0	20,50	41	902	9.020



ROTA	ROTEIRO	TIPO ESTRADA	TIPO DE VEICULO	ALUNOS		DISTANCIA DO PERCURSO (KM)	DISTANCIA POR DIA (KM)	MÉDIA MENSAL (KM)	ESTIMATIVA ANUAL (KM)
				MANHA	TARDE				
08	PARTINDO DA LOCALIDADE SÍTIO PORÇÃO (573436,00E-9396495,00N), SEGUE PASSANDO PELAS MARRICAS (573043,00E-9397717,00N), SEGUE PASSANDO PELA VILA ORIENTE (578228,00E-9402781,00N), SEGUE PASSANDO PELO TABULEIRO DAS MOÇAS (576672,00E-9401531,00N), SEGUE PASSANDO PELOS MORRINHOS (577938,00E-9400577,00N), SEGUE PASSANDO PELA ESCOLA, SEGUE indo PARA O CARVALHO (579393,00E-9395421,00N), SEGUE PARA A ESCOLA LUIZ CÂNDIDO MACHEL (579300,00E-9399631,00N), NA LOCALIDADE BATOQUE, MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CE.	TERRA E PAVIMENTO	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	0	59	32,80	65,60	1.443,20	14.432
09	PARTINDO DA LOCALIDADE SÍTIO INGA (581905,00E-9389634,00N), SEGUE PASSANDO PELO ANDRÉ DIAS (581543,00E-9401617,00N), SEGUE PASSANDO PELO VOLGA (584034,00E-9402819,00N), SEGUE PASSANDO PELO	TERRA E PAVIMENTO	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	39	24	20,10	40,20	884,40	8.844



ROTA	ROTEIRO	TIPO ESTRADA	TIPO DE VEICULO	ALUNOS		DISTANCIA DO PERCURSO (KM)	DISTANCIA POR DIA (KM)	MÉDIA MENSAL (KM)	ESTIMATIVA ANUAL (KM)
				MANHA	TARDE				
	ARISCO (580079,00E-9402676,00N), SEGUE PASSANDO PELA ESCOLA, SEGUE INDO PARA O CARVALHO (579393,00E-9395421,00N), SEGUE PARA A ESCOLA LUIZ CÂNDIDO MACHIL (579300,00E-9399631,00N), NA LOCALIDADE BATOQUE, MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CE.								
10	PARTINDO DA LOCALIDADE VILA ORIENTE (577763,00E-9401920,00N), SEGUE PARA A ESCOLA FRANCISCO CHAGAS MARTINS (566799,00E-9401565,00N), NA LOCALIDADE TABULEIRO DAS MOÇAS, MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CE.	TERRA	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	26	0	8,40	16,80	369,60	3.696
11	PARTINDO DA LOCALIDADE CASTANHAO (565535,00E-9395677,00N), SEGUE PASSANDO PELO POSTO UNIVERSAL (565364,00-9391819,00N), SEGUE PASSANDO PELO MOGI DOS CAMPOS (564782,00E-9390782,00N), SEGUE PASSANDO PELA PESQUEIRA (563299,00E-9388132,00N), SEGUE PASSANDO PELA ESCOLA, SEGUE PASSANDO PELA CAROBA (565473,00E-9389811,00N).	TERRA E PAVIMENTO	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	25	0	16,50	33	726	7.260



ROTA	ROTEIRO	TIPO ESTRADA	TIPO DE VEICULO	ALUNOS		DISTANCIA DO PERCURSO (KM)	DISTANCIA POR DIA (KM)	MÉDIA MENSAL (KM)	ESTIMATIVA ANUAL (KM)
				MANHA	TARDE				
12	PARTINDO DA SEDE (580999,00E-9390249,00N), SEGUE PASSANDO PELA TABORDA (582958,00-9390396,00N), SEGUE PASSANDO PELO JARDIM II (581770,00E-9393713,00N), SEGUE PASSANDO PELA ESCOLA CAZUZA BEZERRA (580696,00E-9389917,00N), SEGUE PASSANDO PELA ESCOLA U.M.C. (580773,00E-9389502,00N), SEGUE PASSANDO PELO TIBOLO (583555,00E-9388693,00N), SEGUE PASSANDO PELA JACOBINA (585282,00E-9389323,00N) SEGUE PARA A ESCOLA FRANCISCO NONATO FREIRE (581208,00E-9390391,00N), NA LOCALIDADE SEDE, MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CE.	TERRA E PAVIMENTO	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	46	0	26,50	53	1.166	11.660
ROTA	ROTEIRO	TIPO ESTRADA	TIPO DE VEICULO	ALUNOS		DISTANCIA DO PERCURSO (KM)	DISTANCIA POR DIA (KM)	MÉDIA MENSAL (KM)	ESTIMATIVA ANUAL (KM)
				TARDE	NOITE				
13	PARTINDO DA SEDE (580999,00E-9390249,00N), SEGUE PASSANDO PELO JARDIM II (581770,00E-9393713,00N), SEGUE	TERRA E PAVIMENTO	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	30	28	19,40	38,80	853,60	8.536



ROTA	ROTEIRO	TIPO ESTRADA	TIPO DE VEICULO	ALUNOS		DISTANCIA DO PERCURSO (KM)	DISTANCIA POR DIA (KM)	MÉDIA MENSAL (KM)	ESTIMATIVA ANUAL (KM)
				MANHA	TARDE				
	PASSANDO PELA ESCOLA CAZUZA BEZERRA (580696,00E-9389917,00N), SEGUE PASSANDO PELA ESCOLA U.M.C. (580773,00E-9389502,00N), SEGUE PASSANDO PELO TIBOLO (583555,00E-9388693,00N), SEGUE PASSANDO PELA JACOBINA (585282,00E-9389323,00N) SEGUE PARA A ESCOLA FRANCISCO NONATO FREIRE (581208,00E-9390391,00N), NA LOCALIDADE SEDE, MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CE.								
14	PARTINDO DA LOCALIDADE LAGOA GRANDE (573706,00E-9401571,00N), SEGUE PARA TABULEIRO DAS MOÇAS (576694E-9401464,00N), SEGUE PARA A ESCOLA DO CABRITO, CONTINUA PARA O CABRITO I (569905,00E-9399930,00N), RETORNA PARA A ESCOLA VIRGÍLIO TÁVORA (571397,00E-9400458,00N), NA LOCALIDADE TABULEIRO DAS MOÇAS, MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CE.	TERRA	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	21	0	15	30	660	6.600
15	PARTINDO DA LOCALIDADE LAGOA GRANDE (573706,00E-9401571,00N), SEGUE PARA BOM JESUS (570566,00E-	TERRA	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	0	29	24,50	49	1.078	10.780



ROTA	ROTEIRO	TIPO ESTRADA	TIPO DE VEICULO	ALUNOS			DISTANCIA DO PERCURSO (KM)	DISTANCIA POR DIA (KM)	MÉDIA MENSAL (KM)	ESTIMATIVA ANUAL (KM)
				MANHA	TARDE	NOITE				
	9402216,00N), SEGUE PARA RECANTO (567780,00E- 9400470,00N), SEGUE PARA CABRITO II (566852,00E- 9397961,00N), SEGUE PARA CABRITO I (569905,00E- 9399930,00N) SEGUE PARA A ESCOLA VIRGÍLIO TÁVORA (571397,00E- 9400458,00N), NA LOCALIDADE CABRITO, MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CI.									
16	PARTINDO DA LOCALIDADE BOM JESUS (571608,00E- 9403857,00N), SEGUE PARA A ESCOLA DO BOM JESUS (570566,00E- 9402216,00N), SEGUE PARA RECANTO (567775,00E- 9399919,00N), SEGUE PARA A ESCOLA MARIA DO SOCORRO CABÓ (570566,00E- 9402216,00N), NA LOCALIDADE BOM JESUS, MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CI.	TERRA	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	26	0		20,50	41	902	9.020
17	PARTINDO DA LOCALIDADE CARAÚBAS (563888,00E- 9398211,00N), SEGUE PARA A FAZENDA PADRE CÍCERO (565068,00E- 9397528,00N), SEGUE PARA A FAZENDA SANTO ANTONIO (564781,00E- 9397404,00N), SEGUE PARA A ESCOLA LIRA MAIA HOLANDA	TERRA E PAVIMENTO	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	12	11	11	6,90	13,80	303,60	3.036

ROTA	ROTEIRO	TIPO ESTRADA	TIPO DE VEICULO	ALUNOS			DISTANCIA DO PERCURSO (KM)	DISTANCIA POR DIA (KM)	MÉDIA MENSAL (KM)	ESTIMATIVA ANUAL (KM)
				MANHA	TARDE	NOITE				
	(565535,00E-9395677,00N), NA LOCALIDADE CASTANHÃO, MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CE.									
18	PARTINDO DA LOCALIDADE VILA PESQUEIRA (563299,00E-9388132,00N), SEGUE PARA A CAROBA (565475,00E-9389811,00N), SEGUE PARA O MOGI DOS CAMPOS (564918,00E-9390821,00N), SEGUE PARA O BOQUEIRÃO DO CUNHA (563455,00E-9394328,00N), SEGUE PARA O CASTANHÃO VELHO (564564,00E-9396263,00N), SEGUE PARA A ESCOLA LIRA MAIA HOLANDA (565535,00E-9395677,00N), NA LOCALIDADE CASTANHÃO, MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CE.	TERRA E PAVIMENTO	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	18	19	15	19,50	39	858	8.580
19	PARTINDO DA LOCALIDADE LAGOA GRANDE (573706,00E-9401571,00N), SEGUE PARA O CABRITO (569905,00E-9399930,00N), SEGUE PARA A ESCOLA LIRA MAIA HOLANDA (565535,00E-9395677,00N), NA LOCALIDADE CASTANHÃO, MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CE.	TERRA E PAVIMENTO	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	0	26		14	28	616	6.160
20	PARTINDO DA LOCALIDADE BOM JESUS (570566,00E-9402216,00N),	TERRA E PAVIMENTO	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	0	17		17,50	35	770	7.700



ROTA	ROTEIRO	TIPO ESTRADA	TIPO DE VEICULO	ALUNOS		DISTANCIA DO PERCURSO (KM)	DISTANCIA POR DIA (KM)	MÉDIA MENSAL (KM)	ESTIMATIVA ANUAL (KM)
				MANHA	TARDE				
21	SEGUIE PARA RECANTO (56778,00E-9400470,00N), SEGUIE PARA A ESCOLA LIRA MAIA HOLANDA (565535,00E-9395677,00N), NA LOCALIDADE CASTANHÃO, MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CE.								
21	PARTINDO DA LOCALIDADE BAIXO GRANDE (597563,00E-9397393,00N), SEGUIE PARA O LOGRADOURO (593706,00E-9401932,00N), SEGUIE PARA O ARMADOR (589481,00E-9394413,00N), SEGUIE PARA A BAIXA DA PEDRA (593373,00E-9399245,00N), SEGUIE PARA A ESCOLA JOÃO RODRIGUES TORRES (597665,00E-9397273,00N), NA LOCALIDADE BAIXO GRANDE, MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CE.	TERRA	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	31	20	29,50	59	1.298	12.980
22	PARTINDO DA LOCALIDADE BAIXO GRANDE (597563,00E-9397393,00N), SEGUIE PARA A SUSSUARANA (607929,00E-9396368,00N), SEGUIE PARA BAIXINHA (593583,00E-9395258,00N), SEGUIE PARA A ESCOLA JOÃO RODRIGUES TORRES (597665,00E-9397273,00N), NA LOCALIDADE BAIXO GRANDE, MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CE.	TERRA	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	25	20	29,30	58,60	1.289,20	12.892

ROTA	ROTEIRO	TIPO ESTRADA	TIPO DE VEICULO	ALUNOS		DISTANCIA DO PERCURSO (KM)	DISTANCIA POR DIA (KM)	MÉDIA MENSAL (KM)	ESTIMATIVA ANUAL (KM)
				MANHA	TARDE				
23	PARTINDO DA LOCALIDADE BATOQUE (579319,00E-9397749,00N). SEGUE PARA O INGÁ (581805,00E-9393634,00N). SEGUE PARA ANDRÉ DIAS (581443,00E-9401617,00N). SEGUE PARA VOLGA (584035,00E-9403011,00N). SEGUE PARA ARISCO (580079,00E-9402676,00N). SEGUE PARA VILA ORIENTE (578228,00E-9402781,00N). TABULEIRO DAS MOÇAS (576694,00E-9401464,00N). SEGUE PARA LAGOA GRANDE (573706,00E-9401571,00N). SEGUE PARA MORRINHOS (577938,00E-9400577,00N). SEGUE PARA BATOQUE (579319,00E-9397749,00N). SEGUE PARA CARVALHO (579393,00E-9395421,00N). SEGUE PARA A ESCOLA FRANCISCO NONATO FREIRE (579266,00E-9399560,00N). NA LOCALIDADE SEDE, MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CE.	TERRA E PAVIMENTO	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	68	0	57,90	115,80	2.547,60	25.476
ROTA	ROTEIRO	TIPO ESTRADA	TIPO DE VEICULO	ALUNOS		DISTANCIA DO PERCURSO (KM)	DISTANCIA POR DIA (KM)	MÉDIA MENSAL (KM)	ESTIMATIVA ANUAL (KM)
				MANHA	TARDE				
24	PARTINDO DA LOCALIDADE BAIXO GRANDE (597665,00E-9397273,00N). SEGUE PARA A SUSSARANA (602979,00E-9396368,00N). SEGUE PARA LOGRADOURO	TERRA E PAVIMENTO	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	49	0	95,60	191,20	4.206,40	42.064



ROTA	ROTEIRO	TIPO ESTRADA	TIPO DE VEICULO	ALUNOS		DISTANCIA DO PERCURSO (KM)	DISTANCIA POR DIA (KM)	MÉDIA MENSAL (KM)	ESTIMATIVA ANUAL (KM)
				MANHA	TARDE				
	(593703,00E-9401932,00N), SEGUE PARA BAIXA DA PEDRA (596743,00E-9398871,00N), SEGUE PARA ARMADOR (590200,00E-9396540,00N), SEGUE PARA CAJARANA - DADÁ (590106,00E-940363,00N), SEGUE PARA PAPA (581467,00E-9397877,00N), SEGUE PARA JUREMAL (585842,00E-9397709,00N), SEGUE PARA A ESCOLA FRANCISCO NONATO FREIRE (579266,00E-9399560,00N), NA LOCALIDADE SEDE, MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CE.								
25	PARTINDO DA LOCALIDADE SÃO PEDRO (585471,00E-9377114,00N), SEGUE PARA IPÚ (585410,00E-9381622,00N), SEGUE PARA SÃO PAULO (581807,00E-9380706,00N), SEGUE PARA VÁRZEA DE BAIXO (581807,00E-9381707,00N), SEGUE PARA BATUQUIM (581804,00E-9384386,00N), SEGUE PARA INGAZEIRA (582907,00E-9384869,00N), SEGUE PARA LAGOA DOS BOIS (581963,00E-9385394,00N), SEGUE PARA CARAÚBAS (585317,00E-9384848,00N), SEGUE PARA CASA NOVA (581320,00E-9387225,00N).	TERRA E PAVIMENTO	VEÍCULO COMPATÍVEL COMA QUANTIDADE DE ALUNOS	38	0	38,65	77,30	1.700,60	17.006

ROTA	ROTEIRO	TIPO ESTRADA	TIPO DE VEICULO	ALUNOS		DISTANCIA DO PERCURSO (KM)	DISTANCIA POR DIA (KM)	MÉDIA MENSAL (KM)	ESTIMATIVA ANUAL (KM)
				MANHA	TARDE				
	SEGUIE PARA ESCOLA UMC (580673,00E-9389502,00N), SEGUIE PARA ESCOLA CAZUZA BEZERRA (580696,00E-9389917,00N), SEGUIE PARA A ESCOLA FRANCISCO NONATO FREIRE (579266,00E-9399560,00N), NA LOCALIDADE SEDE, MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CE.								
26	PARTINDO DA LOCALIDADE BARRO VERMELHO (587289,00E-9384504,00N), SEGUIE PARA SUSPIRO (590536,00E-9386036,00N), SEGUIE PARA TIODÓSIO (588270,00E-9387057,00N), SEGUIE PARA ESCOLA UMC (580673,00E-9389502,00N), SEGUIE PARA ESCOLA CAZUZA BEZERRA (580696,00E-9389917,00N), SEGUIE PARA A ESCOLA FRANCISCO NONATO FREIRE (579266,00E-9399560,00N), NA LOCALIDADE SEDE, MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CE.	TERRA E PAVIMENTO	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	04	0	20,90	41,80	919,60	9.196
ROTA	ROTEIRO	TIPO ESTRADA	TIPO DE VEICULO	ALUNOS		DISTANCIA DO PERCURSO (KM)	DISTANCIA POR DIA (KM)	MÉDIA MENSAL (KM)	ESTIMATIVA ANUAL (KM)
				MANHA	TARDE				
27	PARTINDO DA LOCALIDADE BAIXA NOVA (594548,00E-9386671,00N), SEGUIE PARA CIPOEIRO (592962,00E-9387805,00N), SEGUIE PARA BAIXA VERDE (593851,00E-	TERRA E PAVIMENTO	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	0	31	31,80	63,60	1.399,20	13.992



RO...	ROTEIRO	TIPO ESTRADA	TIPO DE VEICULO	ALUNOS		DISTANCIA DO PERCURSO (KM)	DISTANCIA POR DIA (KM)	MÉDIA MENSAL (KM)	ESTIMATIVA ANUAL (KM)
				MANHA	TARDE				
28	9390194,00N), SEGUE PARA IPANEMA II (598319,00E- 9391121,00N), SEGUE PARA IPANEMA I (592830,00E- 9390448,00N), SEGUE PARA A ESCOLA FRANCISCO NONATO FREIRE (579266,00E- 9399560,00N), NA LOCALIDADE SEDE, MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CE.								
	PARTINDO DA LOCALIDADE BAIXA DA UMBURANA (597265,00E- 9373124,00N), SEGUE PARA RIACHO SECO (589797,00E- 9376988,00N), SEGUE PARA CHICO ENÉAS (579984,00E- 9387161,00N), SEGUE PARA ESCOLA UMC (580673,00E- 9339502,00N), SEGUE PARA A ESCOLA FRANCISCO NONATO FREIRE (579266,00E- 9399560,00N), NA LOCALIDADE SEDE, MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CE.	TERRA E PAVIMENTO	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	29	0	33	66	1.452	14.520
ROTA	ROTEIRO	TIPO ESTRADA	TIPO DE VEICULO	ALUNOS		DISTANCIA DO PERCURSO (KM)	DISTANCIA POR DIA (KM)	MÉDIA MENSAL (KM)	ESTIMATIVA ANUAL (KM)
29	PARTINDO DA SEDE (581025,00E- 9390288,00N), SEGUE PARA CACIMBA DO CUNHA (570982,00E- 9382662,00N), SEGUE PARA AGROVILA (576318,00E- 9384618,00N), SEGUE PARA FLORISTA (578155,00E- 9379267,00N),	TERRA E PAVIMENTO	VEÍCULO COMPATÍVEL COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	31	0	65,40	130,80	2.877,60	28.776



	SEGUIE PARA PEIXE GORDO (578783,00E-938263,00N), SEGUIE PARA CALAZEIRAS (580900,00E-9378871,00N), SEGUIE PARA EXTREMA (580327,00E-9384444,00N), SEGUIE PARA ACUDE NOVO (579606,00E-9386693,00N), SEGUIE PARA ESCOLA UMC (580673,00E-9389502,00N), SEGUIE PARA ESCOLA CAZUZA BEZERRA (580696,00E-9389917,00N), SEGUIE PARA A ESCOLA FRANCISCO NONATO FREIRE (579266,00E-9399560,00N), NA LOCALIDADE SEDE, MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CI.								
ROTA	ROTEIRO	TIPO ESTRADA	TIPO DE VEICULO	ALUNOS		DISTANCIA DO PERCURSO (KM)	DISTANCIA POR DIA (KM)	MÉDIA MENSAL (KM)	ESTIMATIVA ANUAL (KM)
				MANHA	TARDE				
30	PARTINDO DA SEDE (581025,00E-9390288,00N), SEGUIE PARA BARROCA FUNDA (576333,00E-9389452,00N), SEGUIE PARA SAMBITO (571716,00E-9390290,00N), SEGUIE PARA RIACHO DOS VLADOS (572455,00E-9386184,00N), SEGUIE PARA SÍTIO BARRAGEM (574421,00E-9386194,00N), SEGUIE PARA LAGOA DA SFERRA (576160,00E-937594,00N), SEGUIE PARA LAGOA DO MEIO (577860,00E-9388986,00N), SEGUIE PARA	TERRA E PAVIMENTO	VEÍCULO COMPATÍVEL, COM A QUANTIDADE DE ALUNOS	33	0	32,0	65,8	1.477,6	14.476

<p>PATOS (579171,00E- 9389686,00N), SEGUE PARA ESCOLA UMC (580673,00E- 9389502,00N), SEGUE PARA ESCOLA CAZUZA BEZERRA (580696,00E- 9389917,00N), SEGUE PARA A ESCOLA FRANCISCO NONATO FREIRE (579266,00E- 9399560,00N), NA LOCALIDADE SEDE, MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CE.</p>							
---	--	--	--	--	--	--	--

REFERENCIAL DOS PREÇOS

Os preços de referência foram estimados com base nas cotações realizadas pelo Setor de Cotação de Preços do Município de ALTO SANTO/CE, anexadas aos autos deste processo.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a. REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresa, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz, acompanhado da(s) cópia(s) do(s) CPF e RG ou Carteira de Habilitação do(s) sócio(s) da empresa.
- b. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO em vigor, devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz, acompanhado da(s) cópia(s) do(s) CPF e RG ou Carteira de Habilitação sócio do(s) da empresa.
- c. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples – exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.
- d. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e. REGISTRO NA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:

- I) Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 ao 21 da lei 5.764/71;
- II) Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa (diretoria e conselheiros), consoante art. 47 da lei 5.764/71;
- III) Ata de fundação da cooperativa;
- IV) Ata da assembléia que aprovou o estatuto social;
- V) Regimento interno com a Ata da assembléia que o aprovou;
- VI) Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembléia que os aprovou;

VII) Editais das 03 últimas assembléias gerais extraordinárias.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
3. Prova de regularidade para com a fazenda federal mediante a apresentação da certidão negativa de débitos relativa aos tributos federais e dívida ativa da União (inclusive contribuições sociais), com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN N.º 1.751/14.
4. Prova de regularidade para com a fazenda estadual mediante a apresentação certidão negativa de débitos para com a fazenda estadual de seu domicílio.
5. Prova de regularidade para com a fazenda municipal mediante a apresentação da certidão negativa de débitos municipais de seu domicílio ou sede (Geral ou ISS).
6. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO - CRS, OU EQUIVALENTE, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, da jurisdição da sede ou filial da licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, da sede da licitante.
7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e considerando o disposto no art. 3º da Lei n.º 12.440, de 7 de julho de 2011.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

- 1 - Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão;
 - 1.1- Na ausência da certidão negativa, a licitante em recuperação judicial deverá comprovar a sua viabilidade econômica, mediante documento (certidão ou assemelhado) emitido pela instância judicial competente; ou concessão judicial da recuperação nos termos do art. 58 da Lei n.º 11.101/2005. Ou homologação do plano de recuperação extrajudicial, no caso da licitante em recuperação extrajudicial, nos termos do art. 164, § 5º, da Lei n.º 11.101/2005.
 - 1.2. A empresa em recuperação judicial/extrajudicial com recuperação judicial/plano de recuperação extrajudicial homologado deverá demonstrar os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.
- 2 - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social (**2020**), já exigíveis e apresentados na forma da Lei (com indicação do N.º do Livro Diário, número de Registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, termos de abertura e encerramento) que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. Os mesmos deverão estar assinados pelo contador (registrado no Conselho Regional de Contabilidade) e pelo Titular ou Representante legal da empresa. As assinaturas deverão estar devidamente identificadas, sendo obrigatória a aposição da certidão de regularidade profissional do Contador.
 - a) No caso de empresa recém-construída (há menos de 01 ano), deverá ser apresentado o balanço de abertura acompanhado dos termos de abertura devidamente registrado na Junta Comercial, constando no Balanço o número do Livro e das folhas nos quais se acha transcrito ou autenticado na junta comercial, devendo ser assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa;
 - b) Para Sociedades Anônimas e outras Companhias obrigadas à publicação de Balanço, na forma da Lei 6.404/76, cópias da publicação no Diário Oficial, ou jornal de grande circulação, ou cópia registrada/autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, de:
 1. Balanço patrimonial;
 2. Demonstração do resultado do exercício;
 3. Demonstração das origens e aplicações de recursos;

b.4. Demonstração das mutações do patrimônio líquido;

b.5. Notas explicativas do balanço.

3 - Para Sociedades por cotas de responsabilidade limitada (LTDA), através de fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial sede ou domicílio da Licitante ou em outro órgão equivalente.

4 - A comprovação de boa situação financeira será aferida pela observância, dos índices apurados pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado por Contador ou Contabilista habilitado, onde deverão ser apresentados no mínimo os seguintes índices:

a) Índice de Liquidez Corrente:

$$LC - \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{ou} > 1,50$$

b) Índice de Endividamento Geral

$$EG - \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}{\text{Ativo Total}} = \text{ou} < 0,8$$

4.1. Será considerada inabilitada a empresa que apresentar Índice de Liquidez Corrente inferior a 1,5 (um inteiro e cinco décimos), como também, que apresente índice de Endividamento Geral superior a 0,8 (oito décimos).

5 - CERTIDÃO SIMPLIFICADA, emitida pela Junta Comercial da sede da empresa licitante, com data de emissão não anterior a 30 (trinta) dias da data da licitação.

6 - CERTIDÃO ESPECÍFICA (com todas as alterações e movimentações da empresa), emitida pela Junta Comercial da sede da empresa licitante, com data de emissão não anterior a 30 (trinta) dias da data da licitação.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1. Apresentar Atestado em papel timbrado do órgão (ou empresa) emissor, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão pelo concorrente para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação em características, com firma reconhecida do emitente, com averbação junto ao Conselho Regional de Administração – CRA, seção da empresa, acompanhado do respectivo contrato de prestação dos serviços, devendo conter no mínimo, as seguintes informações:

a) razão Social, CNPJ e dados de contato do órgão (ou empresa) emissor;

b) descrição do objeto contratado; **(SÓ SERÃO ACEITOS ATESTADOS E CONTRATOS PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DESTINADO AO ATENDIMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR);**

c) prazo de execução dos serviços (conteúdo poderá está disposta no atestado e/ou no contrato);

d) assinatura e nome legível do responsável pela gestão do contrato. Esses dados poderão ser utilizados pela PMAS/CE para comprovação das informações.

1.1. A Prefeitura Municipal de Alto Santo, se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica/física emitente do Atestado/Declaração de capacidade Técnica, amparados pelo artigo 43, § 3º da Lei n.º 8.666/1993, visando a obter informações sobre o fornecimento prestado e cópias das respectivas notas fiscais de execução dos serviços e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

2. Prova de Inscrição da empresa e do(s) responsável(is) técnicos, junto ao Conselho Regional de Administração – CRA, seção da sede da empresa, de acordo na Lei Federal n.º 4.769/65, Decreto Regulamentador n.º 61.934/67.

2.1. A comprovação de vinculação do(s) responsável(is) técnico(s) ao quadro permanente, será comprovado da seguinte forma:

a) **EMPREGADO:** Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, expedida pelo Ministério do Trabalho - DRT; Ficha de Registro de Empregado (FRE) que demonstre a identificação do profissional, bem como da informação da (GFIP) dos últimos 03 (três) meses imediatamente anteriores a presente licitação;

b) **SÓCIO:** contrato social ou estatuto social, devidamente registrado no órgão competente, comprovando que participa da sociedade, pelo menos, desde o mês anterior ao da publicação deste edital;

c) **DIRETOR**: cópia autenticada do contrato social registrado legalmente comprovando a função, pelo menos, desde o mês anterior ao da publicação deste Edital, em se tratando de firma individual ou limitada, ou ainda da ata assembleia de sua investidura no cargo, devidamente publicada na imprensa oficial, em se tratando de sociedade anônima; ou;

d) **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**: contrato de prestação de serviços, dentro do prazo de validade, comprovando vínculo profissional da empresa para com o prestador de serviço, com firma reconhecida do contratado e do contratante.

3. Comprovação de Cadastramento da Empresa, no Transporte de Passageiros, na modalidade fretamento, junto ao DETRAN (da sede da empresa), sendo este acompanhado da Certidão Negativa de Débitos emitida pelo Departamento de Transito - DETRAN, conforme art. 109 do Código Nacional de Trânsito.

DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PESSOA JURÍDICA

1. Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei Nº. 9.854/99, e ao inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

2. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de que a licitante não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei Nº. 8.666/93 e da inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3. Declaração de que o licitante concorda com todas as normas determinadas através do Edital.

4. Declaração de Inexistência de Vínculo empregatício com o Município de ALTO SANTO do(s) sócio(s) e/ou proprietário da empresa.

5. Alvará de Funcionamento emitidos pelos órgãos competentes de cada Município da empresa proponente;

6. Declaração de Conhecimento de Rotas;

7. Declaração de disponibilidade de veículo, com a definição da(s) Rota(s).

8. Consulta junto à Controladoria Geral da União das certidões negativas correcionais (CGU-PJ); CEIS; CNEP e CEPIM), através do site: (<https://certodões.cgu.gov.br>);

9. No caso de licitantes devidamente cadastrados no Município de ALTO SANTO/CE, a documentação mencionada supra, poderá ser substituída pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) junto ao Município de ALTO SANTO– CE (assegurado, neste caso, aos demais licitantes, o direito de acesso aos dados nele constantes), acompanhado dos documentos tratados nos demais subitens, cuja autenticidade e prazo de validade serão analisados pelo pregoeiro.

10. A documentação constante do Cadastro de Fornecedores do Município de ALTO SANTO/CE deverá também encontrar-se dentro do prazo de validade e atender ao disposto neste edital.

11. Será inabilitado o licitante que não atender as exigências deste edital referentes à fase de habilitação, bem como apresentar, os documentos defeituosos em seus conteúdos e formas.

12. As microempresas ou empresas de pequeno porte (ME ou EPP) que possuam restrição fiscal, quanto aos documentos exigidos neste certame, deverá apresentar declaração, fazendo constar em tal documento também a declaração de que consta a restrição fiscal e que se compromete em sanar o vício, no prazo de 05 (cinco) dias úteis conforme dispõe o art. 43, §1º da Lei Complementar Nº. 123/06.

12.1. A não-regularização da documentação, no prazo legal previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Nº. 8.666/93, sendo facultado ao Município de ALTO SANTO/CE convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Parágrafo Primeiro: Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou se o licitante for uma filial todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão de débitos junto à Receita Federal, por constar no próprio documento que é válido tanto para a matriz e filiais, bem assim quanto ao certificado de regularidade fiscal do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento os encargos centralizado, devendo desta forma apresentar documento comprobatório da autorização para a centralização;

Parágrafo Segundo: Se o licitante for a matriz e o fornecedor dos produtos for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número do CNPJ/MF da matriz e da filial simultaneamente; ou serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ/MF da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

Parágrafo Terceiro: Quem prestar declaração falsa no documento de que trata os itens anteriores, sujeitar-se-á às penalidades previstas na legislação.

HABILITAÇÃO PARA PESSOAS FÍSICAS

1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
2. Cópia da Cédula de Identidade (RG);
3. Comprovante de Residência;
4. Prova de regularidade para com a fazenda federal mediante a apresentação da certidão negativa de débitos relativa aos tributos federais e dívida ativa da União (inclusive contribuições sociais), com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN Nº. 1.751/14.
5. Prova de regularidade para com a fazenda estadual mediante a apresentação certidão negativa de débitos para com a fazenda estadual de seu domicílio.
6. Prova de regularidade para com a fazenda municipal mediante a apresentação da certidão negativa de débitos municipais de seu domicílio ou sede (Geral ou ISS).
7. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT) da licitante.
8. Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei Nº. 9.854/99, e ao inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
9. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de que a licitante não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei Nº. 8.666/93 e da inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante dos anexos deste edital (art. 32, §2º, da Lei Nº. 8.666/93).
10. Declaração de que o licitante concorda com todas as normas determinadas através do Edital.
11. Declaração de Inexistência de Vínculo empregatício com o Município de ALTO SANTO.
12. Declaração de Conhecimento de Rotas.
13. Declaração de disponibilidade de veículo, com a definição da(s) Rota(s).
14. Apresentar Atestado em papel timbrado do órgão (ou empresa) emissor, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão pelo concorrente para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação em características, com firma reconhecida do emitente, com averbação junto ao Conselho Regional de Administração – CRA, seção da empresa, acompanhado do respectivo contrato de prestação dos serviços, devendo conter no mínimo, as seguintes informações:
 - a) razão Social, CNPJ e dados de contato do órgão (ou empresa) emissor;
 - b) descrição do objeto contratado; **(SÓ SERÃO ACEITOS ATESTADOS E CONTRATOS PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DESTINADO AO ATENDIMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR);**
 - c) prazo de execução dos serviços (conteúdo poderá está disposta no atestado e/ou no contrato);
 - d) assinatura e nome legível do responsável pela gestão do contrato. Esses dados poderão ser utilizados pela PMAS/CE para comprovação das informações.
- 14.1. A Prefeitura Municipal de Alto Santo, se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica/física emitente do Atestado/Declaração de capacidade Técnica, amparados pelo artigo 43, § 3º da Lei n.º 8.666/1993, visando a obter informações sobre o fornecimento prestado e cópias das respectivas notas fiscais de execução dos serviços e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.
15. Comprovação de Cadastramento do licitante, no Transporte de Passageiros, na modalidade fretamento, junto ao DETRAN (da sede de registro do licitante), sendo este acompanhado da Certidão Negativa de Débitos emitida pelo Departamento de Transito - DETRAN, conforme art. 109 do Código Nacional de Trânsito.

16. Consulta junto à Controladoria Geral da União das certidões negativas correcionais (CGU-PJ); CEIS; CNEP e CEPIM), através do site: (<https://certodões.cgu.gov.br>)

Parágrafo Único: Quem prestar declaração falsa no documento de que trata os itens anteriores, sujeitar-se-á às penalidades previstas na legislação.

DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

1- A adjudicação dar-se-á pelo pregoeiro quando não ocorrer interposição de recursos, podendo ser também adjudicado pela Autoridade Competente. Caso contrário, a adjudicação ficará exclusivamente a cargo da Autoridade Competente.

2- A homologação dar-se-á exclusivamente pela autoridade competente.

3- O sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

4- A autoridade superior competente do órgão de origem desta licitação se reserva ao direito de não homologar ou revogar o presente processo, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e mediante fundamentação por escrito.

DA FORMALIZAÇÃO DA ASSINATURA DO CONTRATO E DA SUBCONTRATAÇÃO

1 – DA FORMALIZAÇÃO DA ASSINATURA DO CONTRATO

1.1- O Município de ALTO SANTO, com a interveniência da SECRETARIA REQUISITANTE, assinará contrato com a(s) vencedora(s) desta licitação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data da convocação expedida por esse órgão, sob pena, de decair do direito à contratação, podendo ser prorrogada somente uma vez, quando solicitado pela parte, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Contratante.

1.2- Caso o licitante vencedor se recuse injustificadamente a assinar o contrato ou não apresente situação regular no ato da assinatura do mesmo, a autoridade superior deverá extinguir os efeitos da homologação e da adjudicação através do ato de rescisão e retornará os autos do processo ao Pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

1.3- O Pregoeiro retornará as atividades de seleção de melhor proposta e convocará outro licitante, observada a ordem de qualificação e classificação, para verificar as suas condições de habilitação, e assim sucessivamente.

1.4. - O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida neste edital ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de ALTO SANTO e será descredenciado no cadastro do Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

1.5. Para a assinatura do Contrato, a licitante deverá apresentar os documentos dos condutores dos veículos, comprovando que atendem a todas as exigências a legislação e regulamentos de trânsito, atuais ou que venham a ser expedidas pelos órgãos normatizadores. A licitante deverá disponibilizar relação dos condutores, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (Categoria D ou E), comprovando que o condutor está habilitado para o serviço, mediante de cópia autenticada;

b) Cópia do Certificado do Curso Especializado (condutor) comprovando que o condutor é aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN, de treinamento de prática veicular em situação de risco e transporte escolar, nos termos de regulamentação do CONTRAN;

c) Cópia da Certidão criminal negativa (condutor);

d) Cópias das apólices de seguros contra acidentes, com cobertura total e vigência no prazo de execução do objeto, para qualquer tipo de sinistro, incluindo APP (Acidentes Pessoais por Passageiros) e RC (Responsabilidade Civil — Danos Materiais e Cíveis) de cada veículo;

e) Relação de todos os veículos devidamente regularizados, como os números de placas, marca, modelo, ano dos veículos, nomes dos motoristas para cada rota, que serão disponibilizados para o transporte escolar, acompanhado das cópias da Apólice de Seguros contra acidentes, com cobertura total e vigência de cada veículo no prazo de execução.

- f) Cópia autenticada dos Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo — CRLV a serem locados;
- g) A recusa injustificada ou a carência de justo motivo do vencedor de não formalizar o Contrato, no prazo estabelecido, sujeitará a Licitante à aplicação das penalidades previstas na lei 8.666/93 e suas alterações.

2 - DA SUBCONTRATAÇÃO

2.1 - A subcontratação não altera a responsabilidade da Contratada, a qual continuará íntegra e solidária perante a Contratante.

2.2 - As subcontratações porventura realizadas serão integralmente custeadas pela Contratada.

2.3 - A Proponente vencedora da licitação, poderá subcontratar os serviços, objeto deste certame, até o limite admitido pela administração, com a anuência prévia da Gestora do Contrato, e em pleno cumprimento do art. 72 da Lei 8.666/93 e suas alterações;

2.4 - Não poderá ser subcontratada empresa que tenha participado do processo licitatório e que tenha sido considerada inabilitada.

2.5 - Qualquer subcontratação somente será possível com a anuência prévia da Prefeitura Municipal de ALTO SANTO, que exigirá contrato firmado entre a empresa vencedora e o seu subcontratado, mediante a apresentação de todos os documentos exigidos neste Edital e autorização expressa da Prefeitura Municipal de ALTO SANTO.

2.5.1 - Da solicitação prevista no item acima, constará expressamente que a empresa contratada é a única responsável por todos os serviços executados pela Subcontratada, pelo faturamento em seu exclusivo nome, e por todos os demais eventos que envolvam o objeto desta Licitação.

2.6 - O contrato firmado entre a Contratada e a Subcontratada será apresentado à Prefeitura Municipal de ALTO SANTO, que poderá objetar relativamente às cláusulas que possam vir em seu desfavor ou ensejar responsabilidades e encargos de qualquer natureza.

2.6.1- Neste contrato deverá estar exposto que a empresa/Pessoa Física CONTRATADA será a única responsável por todos os serviços executadas pela Subcontratada, pelo faturamento em seu exclusivo nome, e por todos os demais eventos que envolvam o objeto proposto desta licitação.

2.7 - Em hipótese nenhuma haverá relacionamento contratual ou legal da CONTRATANTE com os subcontratados.

2.8 - A CONTRATANTE reserva-se o direito de vetar a utilização de subcontratadas por razões técnicas ou administrativas.

2.9 - Os veículos a serem sublocado(s) passarão por inspeção de vistoria, realizada por membros da Prefeitura Municipal de ALTO SANTO, para que os mesmos possam dar atesto, de que os veículos a serem locados encontram-se aptos a realizar a prestação de serviços, objeto deste certame.

2.10 - A CONTRATANTE reserva-se o direito de vetar a utilização de subcontratadas por razões técnicas ou administrativas.

DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

1- O Contrato terá vigência por 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante Termos Aditivos, nos casos previstos de acordo com o art. 57 e incisos da lei Federal nº. 8.666/93, e, com vantagens a Prefeitura Municipal de ALTO SANTO, na continuidade do Contrato, podendo ser alterado, exceto no tocante ao seu objeto.

1.1. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2. Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

3. O contrato não poderá ser prorrogado quando:

3.1. A Contratada esteja suspensa de licitar e impedida de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993, ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos;

3.2. A Contratada não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- 3.3. A Contratada não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação;
4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

DAS ALTERAÇÕES E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 1 - No interesse da CONTRATANTE, o objeto deste Edital, Termo de Referência e anexos poderá ser suprimido ou acrescido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da contratação, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no artigo 65, § 1º e 2º, inciso II da Lei nº 8666/93.
- 2- No interesse da Administração, o valor inicial atualizado da contratação poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), com fundamento no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.
- 3- A Licitante Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias.
- 4- Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.
- 5 – A fiscalização do contrato dar-se-á nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666 de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens e/ou serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 6 – A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 7 – O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários à regularização eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

DO PAGAMENTO E DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO

1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.
2. O pagamento somente será efetuado após o atesto, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterà o detalhamento dos produtos entregues.
 - 2.1. O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com serviços efetivamente executados.
3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
4. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
 - 4.1. Não produziu os resultados acordados;
 - 4.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
5. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
7. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 9 - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios apurados com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, no período compreendido entre a data prevista e a do efetivo pagamento, adotando-se o critério "pró-rata temporis" para as atualizações nos subperíodos inferiores a 30(trinta) dias.
- 10 - Deverão ser emitidas faturas de encerramento ao findar os vínculos deste Contrato por esgotamento do objeto, por final do prazo ou rescisão contratual.
- 11- Serão descontados de (forma integral ou parcelada) sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registradas.
12. Em conformidade com a legislação vigente, será permitido reajuste dos preços contratados, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano a contar da data da proposta ou do último reajuste.
- 12.1. Os preços serão reajustados pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ocorrida no período acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula: $Pr = P + (P \times V)$, Onde:
- Pr = preço reajustado;
- P = preço atual (antes do reajuste);
- V = variação percentual obtida (acumulado nos últimos doze meses), onde (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente de reajuste.
13. **CONTRATADA**, para obter direito à correção, deverá pleiteá-la por meio de correspondência à SECRETARIA LICITANTE, explicitando a forma de aplicação do índice e o valor reajustado em até 02 (duas) casas decimais.
14. Caso a **CONTRATADA** não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito;
15. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, e sempre que possível indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
2. Atestar na nota fiscal/fatura a execução do objeto e o seu aceite;
3. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições pactuados neste edital;
4. Comunicar prontamente à **CONTRATADA**, qualquer anormalidade no objeto deste instrumento de Contrato, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, no Termo de Referência;
5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da **CONTRATADA**;
6. Não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou a licitante vencedora;
7. Prestar as informações, esclarecimentos e documentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**, visando ao fiel cumprimento execução do Contrato;
8. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções e penalidades regulamentares e contratuais, após o procedimento administrativo, garantidos o direito à prévia e ampla defesa e ao contraditório;
9. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1 - Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;
- 2 - Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;

- 3 - Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 4 - Ficar responsável pela substituição dos veículos, no período de no máximo 06 (seis) horas, quando os mesmos apresentarem algum tipo de problema (técnico/outros).
- 5 - Responsabilizar-se por todos e quaisquer acidentes ou sinistros que venham a prejudicar funcionários e/ou bens da CONTRATADA, da CONTRATANTE ou terceiros, verificados em decorrência da locação dos veículos, objeto deste certame.
- 6 - Responsabilizar-se civil e penalmente por todo e qualquer dano que venha causar a CONTRATANTE ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência do fornecimento dos serviços, não sendo a CONTRATANTE, em nenhuma hipótese, responsável por danos indiretos ou lucros cessantes.
- 7 - Ficar responsável manutenção, bem como pela reposição de peças e pneus para o pleno funcionamento do veículo a ser locado.
- 8 - Fornecer combustíveis e lubrificantes para o pleno funcionamento do veículo.
- 9 - Utilizar profissionais devidamente habilitados (motoristas), para execução dos serviços.
- 10 - A habilitação dos motoristas deverá estar condizente com os art. 138 e 145 do Código Brasileiro de Trânsito.
- 11- Os veículos a serem locados deverão respeitar os elementos de segurança constantes dos art. 105, 107, 135, 136 e 139 do Código Brasileiro de Trânsito.
- 12 - A CONTRATADA será responsável por possíveis treinamentos (PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS) á seus motoristas, e, os mesmos deverão possuir vínculo empregatício com a CONTRATADA.
- 13- Cumprir o horário, trajeto e o itinerário fixado pelo contratante;
- 14- Buscar os alunos e professores nos locais determinados pela contratante;
- 15- Tratar com cortesia e urbanidade os alunos e professores transportados, os servidores encarregados da coordenação do transporte e os fiscais do Município;
- 16- Responder, direta ou indiretamente, por qualquer dano causado ao contratante, aos alunos ou a terceiros, por dolo ou culpa;
- 17- Cumprir as determinações da Contratante;
- 18- Alterar os itinerários e os horários, a pedido da administração, assim como executar eventual itinerário não descrito na presente licitação, quando se relacionar a atividades extracurriculares a critério da Secretaria Municipal da Educação, com a consequente repactuação das alterações e dos valores acordados, quando for necessário;
- 19- Submeter os veículos à vistoria técnica semestral, em órgão ou empresa autorizada pela autoridade de trânsito;
- 20- Manter os veículos com os requisitos exigidos pela legislação de trânsito e demais normas aplicadas da espécie, inclusive quanto às novas disposições legais que venham a ser editadas;
- 21 - Manter os veículos sempre limpos;
- 22- Manter os veículos em condições ideais de segurança;
- 23 - Arcar com as despesas referentes aos serviços objeto, da presente licitação inclusive os tributos Municipais, Estaduais e Federais incidentes sobre os serviços prestados;
- 24 - Toda ou qualquer alteração de condutores, deverá ser comunicada à Secretaria Municipal de Educação;
- 25 - Os veículos da CONTRATADA não poderão transitar em outros trajetos conduzindo alunos, salvo com autorização escrita da CONTRATANTE.
- 26- No prazo de 05 (cinco) dias da homologação do processo, o proponente vencedor deverá apresentar para cada um de seus condutores e ou substitutos, os seguintes documentos:
 - 26.1- Atestado médico atualizado e emitido nos últimos 60 dias ou cuja a validade descrita no atestado esteja em vigor, comprovando condições de sanidade física e mental e este deverá ser renovado anualmente;
 - 26.2- Carteira nacional de habilitação categoria D ou E, conforme o veículo a ser conduzido, observar a validade e se o curso especializado de transporte escolar está inserido na mesma, conforme Resolução nº168/2004/CONTRAN (art.33), que passou a ser obrigatória, não valendo a exibição do certificado, e estar em dia com os cursos de reciclagem;
 - 26.3- Certidão Negativa de condenação criminal, com trânsito em julgado, emitidas pela Justiça Estadual da Comarca da qual é domiciliado e no município de Alto Santo e apresentar atestado de bons antecedentes;

26.4- Declaração de que está ciente que deverá cumprir os seguintes requisitos, dentre os demais que se fizerem necessários:

- a) Obedecer ao disposto no artigo 138 do Código de Trânsito Brasileiro;
- b) Trajar-se adequadamente, entendendo-se como tal, o uso de camisa com mangas, calça comprida e sapato, e ainda com o crachá de identificação;
- c) Usar cinto de segurança enquanto estiver dirigindo o veículo. Todos os motoristas deverão exigir dos passageiros o uso do cinto de segurança durante a viagem. Se houver resistência por parte do aluno, deverão comunicar a diretoria da escola para devidas providências;
- d) Conduzir os escolares do seu embarque até o seu destino final sem interrupção voluntária da viagem, observar e esperar à entrada do aluno na escola, caso contrário comunicar imediatamente a direção da escola para providências cabíveis;
- e) Tratar com urbanidade e polidez os escolares, professores e o público;
- f) Aproximar o veículo do acostamento ou ponto para embarque e desembarque dos escolares;
- g) Facilitar o pessoal credenciado pela Administração a realizar a fiscalização;
- h) Entregar aos escolares, no prazo de 01 (um) dia útil, qualquer objeto esquecido no veículo;
- i) Manter-se com o decoro e a devida correção;
- j) Possuir conhecimento do Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente.

27- O proponente vencedor deverá apresentar para cada um de seus condutores e ou substitutos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, o Certificado do Curso de Direção Defensiva.

28- O proponente deverá substituir o motorista no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, caso se faça necessário para melhor execução dos serviços, devendo apresentar os documentos constantes da cláusula anterior no mesmo prazo, contados da data de substituição.

29 – Os veículos a serem contratar deverão apresentar:

- a) Capacidade mínima de acordo com as rotas constantes no termo de referência;
- b) Sejam dotados de assentos estofados com acabamento em material impermeável e de fácil limpeza, cortina nas janelas para proteção solar, borrachas de vedação nas portas para amenizar a entrada de poeira;
- c) Os veículos destinados ao transporte de escolares e de professores deverão ser do ano de fabricação e modelo do ano de 2008 em diante;
- d) No prazo de 05 (cinco) dias da homologação do processo, o proponente vencedor deverá obrigatoriamente apresentar LAUDO DE INSPEÇÃO VEÍCULAR emitido por empresa credenciada junto ao DETRAN e INMETRO, enviar os veículos para serem submetidos a vistoria junto à Prefeitura Municipal de Alto Santo/CE, a critério da administração municipal;
- e) Não havendo empresa credenciada junto ao DETRAN e INMETRO, será permitido apenas o laudo de vistoria da Prefeitura Municipal de Alto Santo;
- f) Não haverá remarcação de data de vistoria e nem retorno para correção de vícios ou defeitos no veículo;
- g) O proponente vencedor submeterá os veículos a vistorias periódicas (semestrais) na forma do Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções Normativas e atenderá as convocações periódicas para vistoria, sempre que se fizerem necessárias, a critério da Administração;
- h) O Município de Alto Santo poderá fiscalizar os veículos e a documentação do proponente vencedor em qualquer local e hora onde os mesmos se encontrem;
- i) O Proponente deverá afixar nos veículos que prestarão os serviços, autorização para circulação emitida por Órgão ou Entidade Executiva de Trânsito do Estado, na parte interior do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, observando-se a capacidade máxima estabelecida pelo fabricante, na forma do disposto no Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9.503 de 23/09/1997;
- j) O proponente deverá instalar nos veículos todos os equipamentos necessários ao bom desempenho das funções, de acordo com o disposto no Código de Trânsito Brasileiro e resoluções pertinentes;
- k) O proponente se obrigará a substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após ser contatado, qualquer veículo que venha a ser danificado ou apresente defeitos que impeça circulação ou coloque em risco a integridade física dos usuários;
- l) O licitante vencedor de cada lote deverá no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a emissão da ordem de serviço, providenciar que a documentação do veículo esteja em seu nome, sob pena de rescisão do contrato;

m) Os veículos deverão possuir cortinas ou vidros escuros com “insulfilm” para proteção das crianças contra a exposição da luz solar.

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1-Adota-se como critério de justiça e obediência ao princípio jurídico da razoabilidade, o escalonamento e tipificação de eventos sancionáveis em editais de pregão, abaixo descritos, garantindo o direito de exercício prévio de ampla defesa nos processos de sancionamento com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atendendo a recomendação constante no subitem 9.5.1.1 do Acórdão TCU/Plenário nº 1.793/2011, art. 7º da Lei 10.520/2002, com respectivos prazos de duração:

EVENTOS:	SANÇÕES QUE SERÃO APLICADAS:
I- Forjar a classificação como microempresa ou empresa de pequeno porte para obtenção de tratamento favorecido em licitações incentivadas ou não.	1. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. Acórdão TCU/Pl. nº 3074/2011.
II- Descumprir prazos estabelecidos pelo pregoeiro durante a sessão de licitação para qualquer manifestação na sessão pública, gerando tumulto e atrasos no certame.	2. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 4 (quatro) meses.
III- Desistir do lance, sem justificativa, durante a sessão pública ou não manter a proposta na fase de aceitação.	3. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
IV- Não apresentar ou deixar de apresentar documentação solicitada no edital na fase de aceitação da proposta, habilitação ou na contratação.	4. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
V- Apresentar proposta comercial em desacordo com o Edital, ocasionando a frustração do certame em qualquer sentido.	5. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
VI- Apresentar documentação falsa durante a licitação ou contratação.	8. Impedimento de licitar pelo período de no mínimo 5 (cinco) anos. 9. Comunicar ao Ministério Público Estadual e ou Federal para apurações de sanções de ordem penal.
VII- Não manter as condições habilitatórias durante a execução do contrato ou da vigência da ata de registro de preços.	8. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
VIII- Não retirar a nota de empenho/não assinatura da Ata.	11. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. 12. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
IX- Entregar o objeto fora do prazo estabelecido no edital e termo de referência.	13. Advertência 14. Multa de, no mínimo, 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não fornecido, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
X- Não efetuar a troca do objeto, quando notificado, durante a contratação.	16. Advertência; 17. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. 18. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
XI- Substituir o objeto fora do prazo estabelecido.	18. Advertência 19. Multa de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não substituído, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
XII- Deixar de realizar ou atrasar a instalação ou montagem do (s) equipamento (s) quando previsto no edital e termo de referência.	21. Advertência 22. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses. 23. Multa de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do equipamento.



XIII- Deixar de entregar documentação original exigida neste Edital durante a licitação ou contratação.	21. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho/valor total estimado para o item ou lote.
XIV- Comportar-se de modo indóneo na licitação ou contratação, causando prejuízo a Administração ou demonstrando ofensa ao ordenamento jurídico, ao regimento do edital, aos licitantes, à Administração e à sociedade.	24. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 2 (dois) anos. 25. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
XV- Cometer fraude fiscal durante a licitação ou contratação.	27. Impedimento de licitar por 5 (cinco) anos. 28. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho. 29. Comunicar ao Ministério Público Federal e ou Estadual.
XVI- Não recompor níveis de serviços acordados, quando esgotados os sancionamentos próprios, regulares e incrementos aos monitoramentos técnico-operacional e administrativo do gerenciamento contratual.	27. Impedimento de licitar com a PMAS pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
XVII- Deixar de executar qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no edital da presente licitação, em que não se comine outra penalidade.	28. Impedimento de licitar com a PMAS por, no mínimo, 2 (dois) anos.
XVIII- Não celebrar contrato, em convocação dentro do prazo de validade de proposta.	29. Impedimento de Licitar com o município de ALTO SANTO por, no mínimo, 1(um) ano.
XIX- Inexecução total, previsto na Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002.	32. Impedimento de licitar com a PMAS por, no mínimo, 2 (dois) anos. 33. Multa de, no mínimo, 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho ou valor da parcela.
XX- Inexecução parcial do objeto previsto na Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002.	34. Impedimento de licitar com a PMAS por, no mínimo, 1 (um) ano. 35. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente a parte não executada.
XXI- Denegrir ou caluniar equipes técnica e do pregoeiro, bem como pessoas que integram os processos da PMAS, em razão de denúncias sob a acusação de direcionamento de certame, sem a apresentação de provas pertinentes ou a apresentação de provas infundadas, em processo administrativo instaurado.	34. Impedimento de licitar com a Administração Pública Federal, Estadual, Municipal, pelo período de 5 (cinco) anos.
XXII- Cometer fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.	35. Declaração de inidoneidade
XXIII- Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	36. Declaração de inidoneidade
XXIV- Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.	29 Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 30 Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXV- Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.	31 Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 32 Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXVI- Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;	43. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 44. Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXVII- Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública	45. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 46. Publicação extraordinária da decisão condenatória.

2-Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da PMAS que deverá examinar a legalidade da conduta da contratada. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela PMAS, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.

3-Na hipótese da multa atingir o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, a PMAS, poderá proceder a rescisão unilateral do compromisso, hipótese em que a vencedora também se sujeitará às sanções administrativas previstas neste Edital. Na ocorrência de falha maior poderá também ser aplicada a penalidade de Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no art. 7º da Lei nº 10.250/2002.

4-As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela PMAS ou cobradas diretamente da pessoa penalizada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas neste Edital.

5-O licitante/contratado será informado que está passível da aplicação da sanção e terá o direito de exercer a defesa prévia no prazo de 05(cinco) dias úteis a contar da sua notificação, podendo ocorrer a juntada de documentos, conforme disposto no art. 38 da Lei nº 9.784/1999.

Transcorrido o prazo de defesa prévia com ou sem manifestação, o processo será encaminhado para as análises devidas e para posterior decisão sobre a aplicação da sanção pela autoridade superior.

6-As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

7-As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93;

1.1. A Rescisão de contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da lei 8.666/93, notificando-se a contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, observado o disposto no art. 109, "I", letra "e", da mesma lei;

b) Amigável, por acordo entre as partes, caso haja conveniência para a contratante, reduzida a termo no Processo Administrativo, desde que, cumprido o estabelecimento no § 1º do art. 79 da Lei 8.666/93; c) Judicial, nos termos da legislação vigente.

1.2. A Rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

1.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e ampla defesa.

2. Constituem motivo para rescisão do Contrato:

a) O não-cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado do início de serviço sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

e) A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

f) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

g) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

- l) A supressão, por parte da Administração, dos serviços, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 em caso de não concordância por parte da empresa;
- m) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
- p) O reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
- q) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

1- As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste subitem;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

2-Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3-Considerando os propósitos dos itens acima, a licitante vencedora como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

4-A contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas em lei, se comprovar o envolvimento de representante da empresa contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

DO FORO

1-Fica eleito o foro da Comarca de ALTO SANTO, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente edital, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Maria Geuzir Gurgel Tavares
Secretária de Educação, Esporte, Ciência e Tecnologia
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO SANTO



ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº. _____

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO SANTO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE _____, E DO OUTRO LADO A EMPRESA/PESSOA FÍSICA _____, QUE ASSIM PARA O FIM QUE A SEGUIR DECLARAM:

PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO SANTO**, através da Secretaria de _____, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a _____, ALTO SANTO, Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representado pelo (a) Secretário(a) de _____, Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, doravante denominado de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa/pessoa física _____, com sede/residência à _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº _____, representada por _____, portador(a) CPF nº _____, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, de 17 de julho de 2002, supletivamente pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de Direito Privado, bem como mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. Fundamenta-se este contrato no PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____, mediante as condições estabelecidas no presente edital, tudo de acordo com a Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 – Lei que Regulamenta o Pregão e tem como subsidiária a Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores – Lei de Licitações, da Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor, Decreto nº 6.204/07, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, Lei Complementar nº 155/2016, de 27 de outubro de 2016, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Federal 12.440 de 07 de julho de 2011 que altera o título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, e demais normas pertinentes e, ainda, pelas disposições estabelecidas no presente contrato.

CLAUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, DESTINADOS A REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, DE RESPONSABILIDADE DE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA A TUDO EM CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS, ESPECIFICAÇÕES DAS ROTAS E CONDIÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1- A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução do objeto deste contrato o valor por KM RODADO da ROTA nº _____, de R\$ _____ (_____), perfazendo o valor Global de R\$ _____ (_____) reais, sujeito as incidências tributárias normais. **INSERIR PLANILHA COM A(S) ROTA(S).**

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes do contrato a ser celebrado com a licitante vencedora, correrão por conta da dotação orçamentária n°: _____; elemento de despesa: _____; sub elemento de despesa: _____, com recursos diretamente arrecadados ou transferidos da PMAS, consignado no Orçamento Municipal de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.11- O Contrato terá vigência por _____ (_____) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante Termos Aditivos, nos casos previstos de acordo com o art. 57 e incisos da lei Federal n° 8.666/93, e, com vantagens a Prefeitura Municipal de ALTO SANTO, na continuidade do Contrato, podendo ser alterado, exceto no tocante ao seu objeto.

5.1.1. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

5.2. Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

5.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando:

5.3.1. A Contratada esteja suspensa de licitar e impedida de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei n° 8.666, de 1993, ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos;

5.3.2. A Contratada não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.3. A Contratada não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação;

5.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. No interesse da CONTRATANTE, o objeto deste Edital, Termo de Referência e anexos poderá ser suprimido ou acrescido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da contratação, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no artigo 65, § 1° e 2°, inciso II da Lei n° 8666/93.

6.2- No interesse da Administração, o valor inicial atualizado da contratação poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), com fundamento no art. 65, §§ 1° e 2°, da Lei n° 8.666/93.

6.3- A Licitante Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias.

6.4- Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

6.5 – A fiscalização do contrato dar-se-á nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666 de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens e/ou serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.6 – A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações.

6.7 – O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários à regularização eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1 - O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

7.2 - O pagamento somente será efetuado após o atesto, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterà o detalhamento dos produtos entregues.

7.3 - O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com serviços efetivamente executados.

7.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.5 - Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.6 - Não produziu os resultados acordados;

7.7 - Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.8 - Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

7.9 - O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

7.10 - Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.11 - A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

7.12 - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios apurados com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, no período compreendido entre a data prevista e a do efetivo pagamento, adotando-se o critério "pró-rata temporis" para as atualizações nos subperíodos inferiores a 30(trinta) dias.

7.13 - Deverão ser emitidas faturas de encerramento ao findar os vínculos deste Contrato por esgotamento do objeto, por final do prazo ou rescisão contratual.

7.14 - Serão descontados de (forma integral ou parcelada) sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registradas.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

8.1. Em conformidade com a legislação vigente, será permitido reajuste dos preços contratados, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano a contar da data da proposta ou do último reajuste.

8.2. Os preços serão reajustados pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ocorrida no período acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula:

$Pr = P + (P \times V)$, Onde:

Pr = preço reajustado;

P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida (acumulado nos últimos doze meses), onde (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente de reajuste.

8.3. **CONTRATADA**, para obter direito à correção, deverá pleiteá-la por meio de correspondência à SECRETARIA LICITANTE, explicitando a forma de aplicação do índice e o valor reajustado em até 02 (duas) casas decimais.

8.4. Caso a **CONTRATADA** não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito;

8.5. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Adota-se como critério de justiça e obediência ao princípio jurídico da razoabilidade, o escalonamento e tipificação de eventos sancionáveis em editais de pregão, abaixo descritos, garantindo o direito de exercício prévio de ampla defesa nos processos de sancionamento com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atendendo a recomendação constante no subitem 9.5.1.1 do Acórdão TCU/Plenário nº 1.793/2011, art. 7º da Lei 10.520/2002, com respectivos prazos de duração:

EVENTOS:	SANÇÕES QUE SERÃO APLICADAS:
I- Forjar a classificação como microempresa ou empresa de pequeno porte para obtenção de tratamento favorecido em licitações incentivadas ou não.	1. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. Acórdão TCU/PL nº 3074/2011.
II- Descumprir prazos estabelecidos pelo pregoeiro durante a sessão de licitação para qualquer manifestação na sessão pública, gerando tumulto e atrasos no certame.	2. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 4 (quatro) meses.
III- Desistir do lance, sem justificativa, durante a sessão pública ou não mantiver a proposta na fase de aceitação.	3. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
IV- Não apresentar ou deixar de apresentar documentação solicitada no edital na fase de aceitação da proposta, habilitação ou na contratação.	4. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
V- Apresentar proposta comercial em desacordo com o Edital, ocasionando a frustração do certame em qualquer sentido.	5. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
VI- Apresentar documentação falsa durante a licitação ou contratação.	10. Impedimento de licitar pelo período de no mínimo 5 (cinco) anos. 11. Comunicar ao Ministério Público Estadual e ou Federal para apurações de sanções de ordem penal.
VII- Não manter as condições habilitatórias durante a execução do contrato ou da vigência da ata de registro de preços.	8. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
VIII- Não retirar a nota de empenho/não assinatura da Ata.	13. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. 14. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
IX- Entregar o objeto fora do prazo estabelecido no edital e termo de referência.	15. Advertência 16. Multa de, no mínimo, 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não fornecido, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
X- Não efetuar a troca do objeto, quando notificado, durante a contratação.	19. Advertência; 20. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. 21. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
XI- Substituir o objeto fora do prazo estabelecido.	20. Advertência 21. Multa de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não substituído, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.



XII- Deixar de realizar ou atrasar a instalação ou montagem do (s) equipamento (s) quando previsto no edital e termo de referência.	24. Advertência 25. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses. 26. Multa de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do equipamento.
XIII- Deixar de entregar documentação original exigida neste Edital (quando da utilização da Modalidade de Pregão Eletrônico) durante a licitação ou contratação.	21. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho/valor total estimado para o item ou lote.
XIV- Comportar-se de modo inidôneo na licitação ou contratação, causando prejuízo a Administração ou demonstrando ofensa ao ordenamento jurídico, ao regramento do edital, aos licitantes, à Administração e à sociedade.	26. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 2 (dois) anos. 27. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
XV- Cometer fraude fiscal durante a licitação ou contratação.	30. Impedimento de licitar por 5 (cinco) anos. 31. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho. 32. Comunicar ao Ministério Público Federal e ou Estadual.
XVI- Não recompor níveis de serviços acordados, quando esgotados os sancionamentos próprios, regulares e inerentes aos monitoramentos técnico-operacional e administrativo do gerenciamento contratual.	27. Impedimento de licitar com a PMAS pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
XVII- Deixar de executar qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no edital da presente licitação, em que não se comine outra penalidade.	28. Impedimento de licitar com a PMAS por, no mínimo, 2 (dois) anos.
XVIII- Não celebrar contrato, em convocação dentro do prazo de validade de proposta.	29. Impedimento de Licitar com o município de ALTO SANTO por, no mínimo, 1(um) ano.
XIX- Inexecução total, previsto na Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002.	34. Impedimento de licitar com a PMAS por, no mínimo, 2 (dois) anos. 35. Multa de, no mínimo, 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho ou valor da parcela.
XX- Inexecução parcial do objeto previsto na Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002.	36. Impedimento de licitar com a PMAS por, no mínimo, 1 (um) ano. 37. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente a parte não executada.
XXI- Denegrir ou caluniar equipes técnica e do pregoeiro, bem como pessoas que integram os processos da PMAS, em razão de denúncias sob a acusação de direcionamento de certame, sem a apresentação de provas pertinentes ou a apresentação de provas infundadas, em processo administrativo instaurado.	34. Impedimento de licitar com a Administração Pública Federal, Estadual, Municipal, pelo período de 5 (cinco) ano.
XXII- Cometer fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.	35. Declaração de inidoneidade
XXIII- Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	36. Declaração de inidoneidade
XXIV- Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.	33 Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 34 Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXV- Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.	35 Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo.

	36 Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXVI- Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;	45. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 46. Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXVII- Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública	47. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 48. Publicação extraordinária da decisão condenatória.

9.2. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da PMAS que deverá examinar a legalidade da conduta da contratada. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela PMAS, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.

9.3. Na hipótese da multa atingir o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, a PMAS, poderá proceder a rescisão unilateral do compromisso, hipótese em que a vencedora também se sujeitará às sanções administrativas previstas neste Edital. Na ocorrência de falha maior poderá também ser aplicada a penalidade de Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no art. 7º da Lei nº 10.250/2002.

9.4. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela PMAS ou cobradas diretamente da pessoa penalizada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas neste Edital.

9.5. O licitante/contratado será informado que está passível da aplicação da sanção e terá o direito de exercer a defesa prévia no prazo de 05(cinco) dias úteis a contar da sua notificação, podendo ocorrer a juntada de documentos, conforme disposto no art. 38 da Lei nº 9.784/1999.

9.5.1. Transcorrido o prazo de defesa prévia com ou sem manifestação, o processo será encaminhado para as análises devidas e para posterior decisão sobre a aplicação da sanção pela autoridade superior.

9.6. As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

9.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, e sempre que possível indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.2. Atestar na nota fiscal/fatura a execução do objeto e o seu aceite;

10.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições pactuados neste edital;

10.4. Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto deste instrumento de Contrato, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, no Termo de Referência;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA;

10.6. Não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou a licitante vencedora;

10.7. Prestar as informações, esclarecimentos e documentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, visando ao fiel cumprimento execução do Contrato;

10.8. Aplicar à CONTRATADA as sanções e penalidades regulamentares e contratuais, após o procedimento administrativo, garantidos o direito à prévia e ampla defesa e ao contraditório;

10.9. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 - Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;

11.2 - Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;

11.3 - Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

11.4 - Ficar responsável pela substituição dos veículos, no período de no máximo 06 (seis) horas, quando os mesmos apresentarem algum tipo de problema (técnico/outros).

11.5 - Responsabilizar-se por todos e quaisquer acidentes ou sinistros que venham a prejudicar funcionários e/ou bens da CONTRATADA, da CONTRATANTE ou terceiros, verificados em decorrência da locação dos veículos, objeto deste certame.

11.6 - Responsabilizar-se civil e penalmente por todo e qualquer dano que venha causar a CONTRATANTE ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência do fornecimento dos serviços, não sendo a CONTRATANTE, em nenhuma hipótese, responsável por danos indiretos ou lucros cessantes.

11.7 - Ficar responsável manutenção, bem como pela reposição de peças e pneus para o pleno funcionamento do veículo a ser locado.

11.8 - Fornecer combustíveis e lubrificantes para o pleno funcionamento do veículo.

11.9 - Utilizar profissionais devidamente habilitados (motoristas), para execução dos serviços.

11.10 - A habilitação dos motoristas deverá estar condizente com os art. 138 e 145 do Código Brasileiro de Trânsito.

11.11 - Os veículos a serem locados deverão respeitar os elementos de segurança constantes dos art. 105, 107, 135, 136 e 139 do Código Brasileiro de Trânsito.

11.12 - A CONTRATADA será responsável por possíveis treinamentos (PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS) à seus motoristas, e, os mesmos deverão possuir vínculo empregatício com a CONTRATADA.

11.13 - Cumprir o horário, trajeto e o itinerário fixado pelo contratante;

11.14 - Buscar os alunos e professores nos locais determinados pela contratante;

11.15 - Tratar com cortesia e urbanidade os alunos e professores transportados, os servidores encarregados da coordenação do transporte e os fiscais do Município;

11.16 - Responder, direta ou indiretamente, por qualquer dano causado ao contratante, aos alunos ou a terceiros, por dolo ou culpa;

11.17 - Cumprir as determinações da Contratante;

11.18 - Alterar os itinerários e os horários, a pedido da administração, assim como executar eventual itinerário não descrito na presente licitação, quando se relacionar a atividades extracurriculares a critério da Secretaria Municipal da Educação, com a consequente repactuação das alterações e dos valores acordados, quando for necessário;

11.19 - Submeter os veículos à vistoria técnica semestral, em órgão ou empresa autorizada pela autoridade de trânsito;

11.20 - Manter os veículos com os requisitos exigidos pela legislação de trânsito e demais normas aplicadas da espécie, inclusive quanto às novas disposições legais que venham a ser editadas;

11.21 - Manter os veículos sempre limpos;

11.22 - Manter os veículos em condições ideais de segurança;

11.23 - Arcar com as despesas referentes aos serviços objeto, da presente licitação inclusive os tributos Municipais, Estaduais e Federais incidentes sobre os serviços prestados;

11.24 - Toda ou qualquer alteração de condutores, deverá ser comunicada à Secretaria Municipal de Educação;

11.25 - Os veículos da CONTRATADA não poderão transitar em outros trajetos conduzindo alunos, salvo com autorização escrita da CONTRATANTE.

11.26 - No prazo de 05 (cinco) dias da homologação do processo, o proponente vencedor deverá apresentar para cada um de seus condutores e ou substitutos, os seguintes documentos:

11.26.1- Atestado médico atualizado e emitido nos últimos 60 dias ou cuja a validade descrita no atestado esteja em vigor, comprovando condições de sanidade física e mental e este deverá ser renovado anualmente;
11.26.2- Carteira nacional de habilitação categoria D ou E, conforme o veículo a ser conduzido, observar a validade e se o curso especializado de transporte escolar está inserido na mesma, conforme Resolução nº 168/2004/CONTRAN (art.33), que passou a ser obrigatória, não valendo a exibição do certificado, e estar em dia com os cursos de reciclagem;

11.26.3- Certidão Negativa de condenação criminal, com trânsito em julgado, emitidas pela Justiça Estadual da Comarca da qual é domiciliado e no município de Alto Santo e apresentar atestado de bons antecedentes;
11.26.4- Declaração de que está ciente que deverá cumprir os seguintes requisitos, dentre os demais que se fizerem necessários:

- a) Obedecer ao disposto no artigo 138 do Código de Trânsito Brasileiro;
- b) Trajar-se adequadamente, entendendo-se como tal, o uso de camisa com mangas, calça comprida e sapato, e ainda com o crachá de identificação;
- c) Usar cinto de segurança enquanto estiver dirigindo o veículo. Todos os motoristas deverão exigir dos passageiros o uso do cinto de segurança durante a viagem. Se houver resistência por parte do aluno, deverão comunicar a diretoria da escola para devidas providências;
- d) Conduzir os escolares do seu embarque até o seu destino final sem interrupção voluntária da viagem, observar e esperar à entrada do aluno na escola, caso contrário comunicar imediatamente a direção da escola para providências cabíveis;
- e) Tratar com urbanidade e polidez os escolares, professores e o público;
- f) Aproximar o veículo do acostamento ou ponto para embarque e desembarque dos escolares;
- g) Facilitar o pessoal credenciado pela Administração a realizar a fiscalização;
- h) Entregar aos escolares, no prazo de 01 (um) dia útil, qualquer objeto esquecido no veículo;
- i) Manter-se com o decoro e a devida correção;
- j) Possuir conhecimento do Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente.

11.27- O proponente vencedor deverá apresentar para cada um de seus condutores e ou substitutos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, o Certificado do Curso de Direção Defensiva.

11.28- O proponente deverá substituir o motorista no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, caso se faça necessário para melhor execução dos serviços, devendo apresentar os documentos constantes da cláusula anterior no mesmo prazo, contados da data de substituição.

11.29 – Os veículos a serem contratar deverão apresentar:

- a) Capacidade mínima de acordo com as rotas constantes no termo de referência;
- b) Sejam dotados de assentos estofados com acabamento em material impermeável e de fácil limpeza, cortina nas janelas para proteção solar, borrachas de vedação nas portas para amenizar a entrada de poeira;
- c) Os veículos destinados ao transporte de escolares e de professores deverão ser do ano de fabricação e modelo do ano de 2008 em diante;
- d) No prazo de 05 (cinco) dias da homologação do processo, o proponente vencedor deverá obrigatoriamente apresentar LAUDO DE INSPEÇÃO VEÍCULAR emitido por empresa credenciada junto ao DETRAN e INMETRO, enviar os veículos para serem submetidos a vistoria junto à Prefeitura Municipal de Alto Santo/CE, a critério da administração municipal;
- e) Não havendo empresa credenciada junto ao DETRAN e INMETRO, será permitido apenas o laudo de vistoria da Prefeitura Municipal de Alto Santo;
- f) Não haverá remarcação de data de vistoria e nem retorno para correção de vícios ou defeitos no veículo;
- g) O proponente vencedor submeterá os veículos a vistorias periódicas (semestrais) na forma do Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções Normativas e atenderá as convocações periódicas para vistoria, sempre que se fizerem necessárias, a critério da Administração;
- h) O Município de Alto Santo poderá fiscalizar os veículos e a documentação do proponente vencedor em qualquer local e hora onde os mesmos se encontrem;
- i) O Proponente deverá afixar nos veículos que prestarão os serviços, autorização para circulação emitida por Órgão ou Entidade Executiva de Trânsito do Estado, na parte interior do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, observando-se a capacidade máxima estabelecida pelo fabricante, na forma do disposto no Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9.503 de 23/09/1997;

- j) O proponente deverá instalar nos veículos todos os equipamentos necessários ao bom desempenho das funções, de acordo com o disposto no Código de Trânsito Brasileiro e resoluções pertinentes;
- k) O proponente se obrigará a substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após ser contactado, qualquer veículo que venha a ser danificado ou apresente defeitos que impeça circulação ou coloque em risco a integridade física dos usuários;
- l) O licitante vencedor de cada lote deverá no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a emissão da ordem de serviço, providenciar que a documentação do veículo esteja em seu nome, sob pena de rescisão do contrato;
- m) Os veículos deverão possuir cortinas ou vidros escuros com “insulfilm” para proteção das crianças contra a exposição da luz solar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

12.1. As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”:
 - (1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste subitem;
 - (2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

12.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

12.3. Considerando os propósitos dos itens acima, a licitante vencedora como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

12.4. A contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas em lei, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93;

13.1.1. A Rescisão de contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da lei 8.666/93, notificando-se a contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, observado o disposto no art. 109, "I", letra "e", da mesma lei;

b) Amigável, por acordo entre as partes, caso haja conveniência para a contratante, reduzida a termo no Processo Administrativo, desde que, cumprido o estabelecimento no § 1º do art. 79 da Lei 8.666/93; c) Judicial, nos termos da legislação vigente.

13.2. A Rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

13.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e ampla defesa.

2. Constituem motivo para rescisão do Contrato:

a) O não-cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado do início de serviço sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

e) A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

f) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

g) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

l) A supressão, por parte da Administração, dos serviços, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 em caso de não concordância por parte da empresa;

m) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevisíveis desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

p) O reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

q) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 - Fica eleito o Foro da Comarca do Município de ALTO SANTO - Ce, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato não passíveis de solução pela via administrativa, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.



E assim, por estarem justos e acordes, após lido e julgado conforme, as partes assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual forma e teor, perante 02 (duas) testemunhas idôneas que também o assinam, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

ALTO SANTO - CE, ____ de _____ de ____.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:
CPF N.º

2. _____

Nome:
CPF N.º

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º _____

A empresa/pessoa física _____, inscrita no CNPJ/CPF n.º _____, com sede/residência _____, declara, sob as penas da lei, que atenderá às exigências do Edital no que se refere a habilitação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira, e que está regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, FGTS e a CNDT.

_____, _____ de _____ de 20__

(assinatura, nome e número da identidade do declarante)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES

PREGÃO ELETRÔNICO N.º _____

A empresa/pessoa física _____, inscrita no CNPJ/CPF n.º _____, com sede/residência _____, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____ de _____ de 20__.

(assinatura, nome e número da identidade do declarante)



ANEXO V

DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CF

A empresa/pessoa física _____, inscrita no CNPJ/CPF n.º _____, com sede/residência _____, declara, em atendimento ao previsto no edital do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º** _____, que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.

_____, _____ de _____ de 20__.

(assinatura e identificação do responsável)

OBS.: Se a empresa possuir menor de 16 (dezesesseis) anos, na condição de aprendiz, desde que maior de 14 (quatorze) anos, deverá declarar essa condição.

ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO
EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____

A empresa _____, CNPJ n.º _____, com sede _____, Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, que estou (amos) sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147, de 07 de Agosto de 2014 e Lei Complementar n.º 155/2016, de 27 de outubro de 2016.

_____, _____ de _____ de 20__.

(Assinatura, nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTOS DAS ROTAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º _____

A empresa/pessoa física _____, inscrita com o CNPJ/CPF n.º _____, neste ato representado pelo Sr. (a) _____, portador(a) do RG n.º _____, declara que conhece os locais onde serão executada(s) a(s) Rota(s) de n.º _____, do Pregão supracitado, tendo tomado conhecimento de todas as condições e dificuldades porventura existentes nos locais de execução dos serviços.

_____, de _____ 20____.

(Assinatura, nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE VEÍCULOS

A Empresa/pessoa física _____, inscrita com o CNPJ/CPF nº _____, declara para os devidos fins, que disponibilizar veículos tipo _____, destinados ao atendimento da(s) rota(s) de nº _____, para realizar os serviços de Transporte Escolar, em conformidade com o edital de Pregão Eletrônico nº PE-_____, e de pleno conhecimento da declaração constante deste anexo.

_____, de _____ 20____.

(Assinatura, nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)



ANEXO IX (*)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM O MUNICÍPIO DE ALTO SANTO.

PREGÃO ELETRÔNICO N° _____

Eu, _____, portador(a) do RG n° _____ e CPF n° _____, residente e domiciliado(a) à _____, ocupante do cargo de _____, da empresa _____, inscrita com o CNPJ n° _____, com sede à _____, declaro para os devidos fins que não tenho **nenhum vínculo empregatício de nenhuma natureza**, com a Prefeitura Municipal de ALTO SANTO.

_____, de _____ de 20____

ASSINATURA DO DECLARANTE

(*) A Declaração será para todos os sócios da empresa (SEPARADAMENTE), se for o caso.